

Lindberg pede apoio à produção agrícola

O candidato a senador pelo PMDB, Lindberg Cury, afirmou ontem que a Constituinte deverá enfrentar, com toda força, as adversidades que surgirão contra a política agrícola voltada para a promoção do trabalhador rural e da produção de alimentos. Lindberg citou a falta de incentivo aos produtores como uma das principais causas da estagnação da produção de grãos do País, que há dez anos não passa das 55 milhões de toneladas anuais. Se a produção agrícola tivesse acompanhado, na mesma proporção, o crescimento da população nesse período estaria hoje nas 72 milhões de toneladas.

Segundo Lindberg, "a nova Constituição deve expressar a igualdade de direitos entre o trabalhador

urbano e o rural". Para ele, o êxodo dos agricultores para os grandes centros urbanos é consequência do desamparo social às suas famílias e a falta de incentivos à produção, tanto a nível de terras e assistência técnica para poderem trabalhar, quanto ao nível político propriamente.

A estrutura agrícola vigente é anacrônica. Redundou, nos últimos 20 anos, num desequilíbrio entre a produção de alimentos de consumo interno e o crescimento da população, prejudicando mais às camadas carentes da população. Este quadro, segundo Lindberg, agravou-se com a política de incentivo às lavouras voltadas para a exportação que expandiram em torno de 50%, como é o caso da soja, enquanto a área total cultivada no País aumentou menos de 1%

desde 1977. A produção "per capita" de culturas básicas como arroz, feijão, mandioca, batata vem decrescendo a cada ano.

Lindberg assegurou que vai lutar na Constituinte para resguardar os direitos e interesses dos trabalhadores e produtores rurais, pois é inadmissível um país com as dimensões e recursos naturais do Brasil importar, constantemente, alimentos que poderiam ser produzidos aqui.

O candidato prevê a necessidade de aumentar a produção de alimentos para 134,2 milhões de toneladas no ano 2.000. "Isto será possível se a nova Constituição assegurar aos produtores rurais justa remuneração e acesso à terra, bem como condições de vida digna", concluiu Lindberg.